



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

EDUARDO JORDÃO SILVA DE LIMA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO NEGÓCIO DE IMPACTO: UM ESTUDO SOBRE
OS NÍVEIS DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA ENTRE POLICIAIS MILITARES
DA PARAÍBA.**

**JOÃO PESSOA
2020**

EDUARDO JORDÃO SILVA DE LIMA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO NEGÓCIO DE IMPACTO: UM ESTUDO SOBRE OS NÍVEIS DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA ENTRE POLICIAIS MILITARES DA PARAÍBA.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel (a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

Orientador(a) Dr. Odilon Saturnino Silva Neto

**JOÃO PESSOA
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB, *campus* João Pessoa

L732e	<p>Lima, Eduardo Jordão Silva de. Educação financeira como negócio de impacto: um estudo sobre os níveis de alfabetização financeira entre policiais militares da Paraíba / Eduardo Jordão Silva de Lima. – 2020. 42 f. : il.</p> <p>TCC (Graduação – Bacharelado em Administração) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB / Unidade Acadêmica de Gestão - UAG. Orientador: Prof. Dr. Odilon Saturnino Silva Neto.</p> <p>1. Administração financeira. 2. Educação financeira. 3. Alfabetização financeira. 4. Polícia Militar da Paraíba. I. Título.</p>
-------	--

Bibliotecária responsável Josinete Nóbrega de Araújo – CRB15/116



INSTITUTO FEDERAL
Paraíba

CAMPUS JOÃO PESSOA

COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

PARECER 16/2020 - CCSBA/UA5/UA/DDE/DG/JP/REITORIA/IFPB

Em 10 de dezembro de 2020.

Eduardo Jordão Silva de Lima

Educação Financeira como Negócio de Impacto: um Estudo sobre os Níveis de Alfabetização Financeira entre Policiais Militares da Paraíba

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado em **09 de dezembro de 2020** ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

Resultado: APROVADO

João Pessoa, 09 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

(assinaturas eletrônicas via SUAP)

Dr. Odilon Saturnino Silva Neto (IFPB)

Orientador(a)

Dr. José Elber Marques Barbosa (IFPB)

Examinador(a) interno(a)

Ms. Herbert José Cavalcanti de Souza (IFPB)



Documento assinado eletronicamente por:

Herbert Jose Cavalcanti de Souza, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 11/12/2020 04:53:50.

Jose Elber Marques Barbosa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 10/12/2020 20:35:51.

Odilon Saturnino Silva Neto, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 10/12/2020 18:16:29.

Ceres Grehs Beck, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 10/12/2020 18:04:19.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 10/12/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/auten?car=documento/> e forneça os dados abaixo:



143242

Código
Verificador:

Código de
Autenticação: bbd f5c3cdc

NOSSA MISSÃO: Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

VALORES E PRINCÍPIOS: Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.

EDUARDO JORDÃO SILVA DE LIMA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO NEGÓCIO DE IMPACTO: UM ESTUDO SOBRE OS NÍVEIS DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA ENTRE POLICIAIS MILITARES DA PARAÍBA.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel (a) em **ADMINISTRAÇÃO**

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Odilon Saturnino Silva Neto (IFPB)
Orientador

Prof. Ms. José Elber Marques Barbosa (IFPB)
Examinador interno

Prof. Herbert José Calvacanti de Souza (IFPB)
Examinador interno

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha magnífica Mãe, Maria da Conceição da Silva, por sempre estar comigo nos momentos mais especiais e difíceis da minha vida e, por nunca me deixar faltar nada.

À minha maravilhosa esposa, Joamira Pereira de Araújo, por toda dedicação, paciência, carinho, amor, atenção, compreensão que teve durante todo esse período de trabalho. E mesmo com tantos contratempos você sempre me impulsionou a alcançar o melhor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela oportunidade de vida e saúde.

Ao meu orientador e professor, Dr. Odilon Saturnino Silva Neto, pela excelência na forma de atuar como educador com compromisso e dedicação.

À coordenação de administração e aos servidores do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), pelo apoio e profissionalismo durante minha formação.

Ao meu amigo de curso, John Cleiber, por se importar comigo e ajudar-me na formulação de temas para o meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos participantes desse estudo, pela disponibilidade e consentimento em fazer parte desse trabalho.

**“Quem passou pela vida em branca nuvens
E em plácido repouso adormeceu,
quem não sentiu o frio da desgraça, quem passou pela vida e não sofreu, foi
espectro de homem, e não homem, Só passou pela vida, não viveu”
(Francisco Otaviano)**

RESUMO

Atualmente, frente à variedade numerosa dos produtos financeiros é fundamental que a população esteja preparada para lidar com as decisões de consumo e investimento. Neste contexto, a educação financeira torna-se uma diretriz básica do governo para garantir a inclusão socioeconômica, um passo fundamental para o progresso e desenvolvimento do país. Ciente disso, busca-se identificar níveis de alfabetização financeira de policiais militares e apresentar uma proposta de avaliação contínua desses níveis promovendo qualidade na forma da intermediação das Finanças Sociais, tendo a Educação Financeira como negócio de impacto. Com uma metodologia quali-quantitativa de cunho descritivo exploratório se torna possível realizar um diagnóstico referente aos graus de conhecimento, comportamento e atitude financeiros, como parte de ações de capacitação da categoria profissional em questão, e então para fins de continuidade acadêmica são propostas medidas programadas de acompanhamento dos níveis de alfabetização financeira de policiais militares em João Pessoa, em parceria com o Núcleo de Pesquisas em Educação Financeira de Impacto (NUPEFI) como intermediário no ecossistema das Finanças Sociais.

Palavras-chave: Educação Financeira. Finanças Sociais. Policiais Militares. Núcleo de Educação Financeira de Impacto

ABSTRACT

Currently, in view of the large variety of financial products, it is essential that the population is prepared to deal with consumption and investment decisions. In this context, financial education becomes a basic governmental guideline to guarantee socioeconomic inclusion, a fundamental step for the country's progress and development. Aware of this, it seeks to identify levels of financial literacy for military police officers and to present a proposal for continuous assessment of these levels, in the intermediation of Social Finance and with Financial Education as an impact business. With a qualitative-quantitative methodology of an exploratory descriptive nature, it is possible to make a diagnosis regarding the degrees of knowledge, behavior and financial attitude, as part of training actions of the professional category in question, and then for the purposes of academic continuity, programmed measures are proposed monitoring the levels of financial literacy of military police officers in João Pessoa, in partnership with the Impact Financial Education Center as an intermediary in the Social Finance ecosystem.

Keywords: Financial Education. Social Finance. Military Police. Impact Financial Education Center

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Perfil Sócio demográfico	29
TABELA 2: Estado Civil x Despesas Totais	31
TABELA 3: Comportamento e Atitude Financeira do Respondente	31
TABELA 4: Tipo de Informação X Educação Financeira	32
TABELA 5: Conhecimento Básico Financeiro	33
TABELA 6: Cidades X Média de conhecimento financeiro	34
TABELA 7: Cidades X Média de moradores X Média de conhecimento financeiro.	34
TABELA 8: Planejamento Financeiro e Controle de Gastos	35

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Média de Equilíbrio Financeiro x Grau de Escolaridade.....	36
GRÁFICO 2: Renda Familiar x Equilíbrio Financeiro.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

NUPEFI:	Núcleo de Pesquisas em Educação Financeira de Impacto
IFPB:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
ENEF:	Estratégia Nacional De Educação Financeira
FBEF:	Fórum Brasileiro De Educação Financeira
BCB:	Banco Central Do Brasil
BM&FBOVESPA:	Bolsa de Valores de São Paulo
FTFS:	Força Tarefa de Finanças Sociais
IRIS:	<i>Impact Report and Investment Standards</i>
ONG:	Organização Não Governamental
OECD:	Organisation For Economic Co-Operation And Development
SEDS:	Secretária de Estado da Segurança e da Defesa Social do Estado
PMPB:	Polícia Militar do Estado da Paraíba
DGP:	Diretoria de Gestão Pessoal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	OBJETIVOS.....	17
1.1.1	Objetivo Geral.....	17
1.1.2	Objetivos Específicos.....	17
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1.1	EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO NEGÓCIO DE IMPACTO.....	19
2.1.2	DIFERENÇAS CONCEITUAIS ENTRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA.....	19
2.1.3	PLANEJAMENTO FINANCEIRO E OS SERVIDORES PÚBLICOS.....	20
2.1.4	FINANÇAS SOCIAIS, NEGÓCIOS DE IMPACTO E TEORIA DE MUDANÇA.....	22
3	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	26
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	26
3.2	UNIVERSO, AMOSTRAGEM E AMOSTRA.....	27
3.3	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	27
3.4	PERSPECTIVA DE ANÁLISE DE DADOS.....	28
4	ANÁLISE DE DADOS	29
	TABELA 1 – PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO.....	29
	TABELA 2 – ESTADO CIVIL X DEPESAS TOTAIS	31
	TABELA 3 – COMPORTAMENTO E ATITUDE FINANCEIRA DOS RESPONDENTES.....	31
	TABELA 4 – TIPO DE INFORMAÇÃO X EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	32
	TABELA 5 – CONHECIMENTO BÁSICO FINANCEIRO.....	33
	TABELA 6 – CIDADE X MÉDIA DE CONHECIMENTO FINANCEIRO	34
	TABELA 7 – CIDADE X MÉDIA DE MORADORES X MÉDIA DE CONHECIMENTO FINANCEIRO	34
	TABELA 8 – PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ATITUDE DOS RESPONDENTES.....	35
	GRÁFICO 1 – MÉDIA DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO X GRAU DE ESCOLARIDADE	36
	GRÁFICO 2 – RENDA MENSAL X EQUILÍBRIO FINANCEIRO	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
	REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, frente à variedade numerosa dos produtos financeiros é fundamental que a população esteja preparada para lidar com as decisões de consumo e investimento. Neste contexto, a educação financeira torna-se uma diretriz básica do governo para garantir a inclusão socioeconômica, um passo fundamental para o progresso e desenvolvimento do país.

Nessa perspectiva, o decreto federal 7.397/07, e renovado pelo decreto federal 10.393/20, institui a nova estratégia nacional de educação financeira (ENEF) e o fórum brasileiro de educação financeira (FBEF) que tem como objetivo: “contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes”.

Investir em educação financeira é indispensável para o crescimento do país, visto que uma população educada financeiramente contribui para uma economia desenvolvida e equilibrada.

Hoje, quanto mais cedo o aprendizado for implementado, será melhor, uma vez que tempos atrás não se disseminava nas escolas e em diversos cursos das faculdades o conhecimento da educação financeira, essa que reflete de forma, basicamente nula, na maioria dos brasileiros adultos, os quais são a população economicamente ativa.

Em suma é primordial que empresas e organizações tenham uma objetividade de transformação social -negócios de impacto- independente de sua forma de organização, deem a oportunidade para que o governo possa trazer o conhecimento e a tecnologia, e juntos resolvam os problemas estruturais da população, sendo assim, tornando mais vasta a disseminação da educação financeira.

No contexto dos negócios sociais as empresas e organizações focadas nas Finanças Sociais e Negócio de Impacto são compostos por investimentos que geram retorno social e, ao mesmo tempo, financeiro. Com o foco de solucionar problemas sociais e/ou ambientais, tais instituições como às empresas geram receita própria a partir dos seus produtos ou serviços mantendo uma missão social e/ou ambiental e o monitoramento dos seus impactos econômicos, contribuindo assim para os

diversos stakeholders: investidores, clientes e comunidade. Enquanto isso, as instituições públicas pautam-se em capacitação de planejamento financeiro aos seus servidores, para que os indivíduos possam adquirir um melhor gerenciamento dos seus recursos financeiros.

O ecossistema das Finanças Sociais caracteriza-se quanto à oferta, intermediação e demanda. A oferta corresponde àqueles que doam, investem ou emprestam recursos financeiros. Quanto à intermediação, especificadamente, são organizações responsáveis por conectar os atores e facilitar a circulação do capital, além de qualificar e monitorar a desempenho dos negócios. Já a demanda se trata das organizações de negócios de impacto. (CARTA DE PRINCÍPIOS PARA NEGÓCIOS DE IMPACTO PARA NO BRASIL, 2015).

Nesse contexto, é válido verificar o grau de alfabetização financeira das pessoas atualmente, para que seja possível avaliar de forma ampla como estas estão inseridas no ecossistema das finanças sociais. Desta forma, busca-se fazer uma análise do aspecto financeiro entre policiais militares da Paraíba com base no estatuto da lei da Polícia Militar da Paraíba 3.909/77, bem como através de um panorama geral sobre o comportamento desses indivíduos frente à educação financeira, no qual se procura entender o contexto em que estão inseridos, se há conhecimento, capacitação quanto a isso, para enfim verificar o impacto da educação financeira na vida cotidiana das pessoas.

Justifica-se o exposto, uma vez que a importância dessa temática para os pesquisadores consiste na oportunidade de analisar os indicadores que permitam avaliar o impacto do negócio, à luz da teoria de mudança, a qual monitora suas ações e se elas trazem resultados sociais e econômicos em curto, médio e longo prazo.

Para a academia o estudo é de grande importância, tendo em vista que é possível aplicar os conceitos e conhecimentos teóricos para enriquecimento do estudo na mesma área do tema. A pesquisa aplicada com os policiais militares deixa clara a necessidade de estudos que abordem esse assunto com a finalidade de avaliar a educação financeira, os impactos sociais e econômicos, ou seja, ter resultado social mensurável que garantam a sustentabilidade. E conhecimento do campo empírico estudado.

Para os servidores públicos em especial a corporação polícia militar o proposto tema é essencial para o crescimento dos indivíduos e organização, uma vez que se trata do processo de análise da educação financeira dos militares. Desta forma, estudar a educação financeira pelo passo a passo traz respostas a partir dos questionamentos que surgiram durante a análise.

Já para a sociedade civil o tema visa buscar o conhecimento e a divulgação em educação financeira, uma vez que com a disseminação destas, a sociedade possa beneficia- se e garantir uma melhor qualidade de vida. Neste sentido, este trabalho parte do seguinte questionamento: Como a existência ou não de políticas voltadas para Educação Financeira pode impactar na vida cotidiana dos policiais militares?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 **Objetivo Geral**

Identificar níveis de alfabetização financeira de policiais militares e apresentar uma proposta de avaliação contínua desses níveis, na intermediação das Finanças Sociais e tendo a Educação Financeira como negócio de impacto.

1.1.2 **Objetivos Específicos**

- Diagnosticar os níveis de conhecimento, comportamento e atitude financeiros de policiais militares em João Pessoa, como parte de ações de capacitação dessa categoria de servidores públicos.
- Comparar níveis de alfabetização financeira entre categorias de perfil sociodemográfico do público pesquisado.
- Propor ações programadas de acompanhamento dos níveis de alfabetização financeira de policiais militares em João Pessoa, em parceria com o Núcleo de Educação Financeira de Impacto como intermediário no ecossistema das Finanças Sociais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A base teórica para a análise do aspecto financeiro entre policiais militares da Paraíba inicia-se a partir de uma contextualização do tema, na qual se busca entender a persona da pesquisa e todo o universo em que está inserido, para então examinar de que formas a existência ou não de alfabetização financeira, pode impactar na vida cotidiana.

A Polícia Militar da Paraíba (PMPB) em seu início atuava apenas na cidade de Parahyba (atual João Pessoa) e tinha um efetivo de 50 (cinquenta) homens, sendo 35 (trinta e cinco) a pé, compondo a Infantaria e 15 (quinze) a cavalo, respondendo pela Cavalaria. Sua estrutura funcional era composta pelas patentes de: “um capitão, um sargento, um furriel, três cabos, dois cornetes e quarenta e dois soldados” (LIMA, 2013). Conhecida por seus integrantes como a “Briosa”, a PMPB faz parte da Secretária de Estado da Segurança e da Defesa Social do Estado (SEDS) e é caracterizada como força auxiliar e reserva do Exército, sendo considerado o órgão público mais antigo do Estado.

Nesse sentido, quando é analisado em termos de ganho salarial sabe-se que a situação dos servidores públicos paraibanos, em especial, os policiais militares não é tão favorável, uma vez que de acordo com levantamento feito pela Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo em 2019, a Paraíba ocupa o sexto pior salário inicial da categoria no país o equivalente a 3.202 reais. Os valores baixos em remuneração aliado aos estresses comuns propiciados pelo ambiente de trabalho afetam diretamente na qualidade de vida e no rendimento dos funcionários.

A educação financeira, por sua vez, se insere nesse contexto ao passo que atua como garantidor de tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores tendo em vista que eles se tornam capacitados para gerir suas respectivas rendas da melhor forma possível. Algo que se mostra imprescindível ao constatar que de acordo com o Banco Central do Brasil (BCB 2018), os servidores

públicos sejam estes provenientes da União, estados e municípios devem ao todo cerca de R\$ 180,2 bilhões aos bancos na modalidade de operações de crédito consignado, por exemplo.

2.1.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO NEGÓCIO DE IMPACTO

A fim de viabilizar a educação financeira e previdenciária da população, além de corroborar em prol da consolidação da cidadania, a eficiência e estabilidade do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF¹), surge como uma iniciativa de política pública para ajudar na redução da pobreza e da diferença na distribuição de renda, comprovada pelo Índice de Gini, além do aumento da expectativa de vida da população brasileira que infere diretamente nos padrões de consumo, poupança e investimento.

Para fundamentar os programas a serem ofertados pela ENEF foram estudadas experiências de países como Estados Unidos, Reino Unido, Espanha, Austrália e Nova Zelândia; os dados de consumidores coletados através do Serviço de Atendimento ao Cidadão do Banco Central; e os resultados da Pesquisa Nacional de Educação Financeira, conduzida pelo Instituto Data Popular em parceria com a BM&FBOVESPA. Através da análise crítica desses dados foi possível verificar os baixos níveis de educação financeira da população brasileira.

2.1.2 DIFERENÇAS CONCEITUAIS ENTRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA

Inúmeras discussões são feitas por autores na academia que versam sobre este tema, nos quais salientam a importância de diferenciar os conceitos de educação financeira e alfabetização financeira. Enquanto a educação financeira corresponde de acordo com Savoia, Saito e Santana (2007) a um processo de transferência de informação que permite o aumento de habilidades nos indivíduos, permitindo assim, que decisões possam ser tomadas de forma segura e o

¹ Por meio do decreto 7.397, de 22 de dezembro de 2010 a ENEF foi instituída como proposta de política de Estado, de caráter permanente, com necessidade de ação conjunta, pública e privada, por meio de gestão centralizada e execução descentralizada.

conhecimento em finanças pessoais seja melhorado, a alfabetização financeira é tida como uma junção de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras sólidas e, finalmente, alcançar o bem-estar financeiro individual (ATKINSON; MESSY, 2012).

Portanto, a OECD (2013) conceitua a alfabetização financeira em três aspectos: o conhecimento financeiro, o comportamento financeiro e a atitude financeira na medida em que a educação financeira só corresponde a um aspecto, o conhecimento financeiro. Esse último abrange um tipo particular de capital humano que se adquire ao longo do ciclo de vida, por meio da aprendizagem de assuntos que afetam a capacidade para gerir receitas, despesas e poupança de forma eficaz (DELAVANDE; ROHWEDDER; WILLIS, 2008).

O comportamento financeiro, por sua vez é um elemento fundamental da alfabetização financeira, uma vez que conforme Atkinson e Messy (2012), os resultados positivos de ser financeiramente alfabetizado são movidos pelo comportamento, tais como o planejamento de despesas e a construção da segurança financeira, por outro lado, certos comportamentos, tais como o uso excessivo de crédito, podem reduzir o bem-estar financeiro. E por fim, as atitudes financeiras se constroem a partir de crenças econômicas e não econômicas possuídas por um tomador de decisão sobre o resultado de um determinado comportamento, sendo assim, um fator crucial no processo de tomada de decisão pessoal (AJZEN, 1991). A seguir serão discutidos apontamentos acerca de planejamento financeiro e os servidores públicos, categoria profissional no qual o público respondente deste trabalho está incluído.

2.1.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO E OS SERVIDORES PÚBLICOS

Como já fora citado anteriormente, a educação financeira é primordial para a qualidade de vida dos cidadãos, uma vez que possibilita uma gestão consciente dos respectivos recursos financeiros que dispõem. Para tanto, é necessário realizar um planejamento financeiro, no qual se refere a um processo que pode ser entendido como a prática de uma estratégia que viabiliza o acúmulo de bens e valores para a

formação do patrimônio de um indivíduo ou de uma família, sem apontar cortes e privações como meio para o amontoamento de bens. (FRANKENBERG 1999).

Sendo assim, por meio do planejamento financeiro é possível prolongar as reservas financeiras do indivíduo de modo que garanta uma segurança no que tange a questões como necessidades básicas diárias de uma família, por exemplo, ao passo que estabelece cortes de gastos considerados supérfluos, além de evitar a realização de compras com o pagamento excessivo de taxas de juros. Assim, busca-se conter o endividamento, que por ventura desenvolve estresse, dificuldade de relacionamento tanto no âmbito doméstico e pessoal, quanto no profissional que reverberam em comportamentos e atitudes indesejadas no ambiente de trabalho (GARMAN, LEECH; GRABLE, 1996; MORAES, 2001)

A falta do planejamento financeiro gera situações como a exposta na pesquisa feita pelo Sesara Experian em 2018, no qual aponta que 29% dos servidores públicos estaduais e federais encontravam-se inadimplentes, vale destacar que o maior nível de endividamento ocorreu nas faixas etárias mais jovens que compreendiam de 18 a 30 anos de idade. Um dos fatores que levam a incidência desses casos é a previsibilidade dos rendimentos, já que os servidores possuem uma renda salarial fixa.

Além disso, há também a estabilidade no trabalho, é garantido por regras legais e constitucionais, após um prazo pré-estabelecido de dois ou três anos aproximadamente. Outro fator importante é a facilidade na obtenção de dívidas, uma vez que os servidores públicos em geral dispõem de juros menores principalmente nos empréstimos consignados², já que essa categoria apresenta um menor risco de crédito para as instituições financeiras, já que seus rendimentos são fixos e estáveis. (ALVES, 2016).

Diante disso, a educação financeira se apresenta como uma solução para toda essa problemática à medida que capacita os indivíduos em prol de um melhor

² No caso específico paraibano os empréstimos consignados podem ser divididos em até 72 (setenta e duas) parcelas mensais, para servidores públicos da Administração direta e indireta da Paraíba (PARAÍBA 2011)

gerenciamento dos seus recursos financeiros, logo reitera seu papel essencial como um negócio de impacto social pautado na garantia da qualidade de vida dos cidadãos. Logo, para melhor entendimento de como funciona essa relação da educação financeira como negócio de impacto é necessário atentar-se aos conceitos que serão elucidados no tópico seguinte.

2.1.4 FINANÇAS SOCIAIS, NEGÓCIOS DE IMPACTO E TEORIA DE MUDANÇA

No ano de 2006 o Nobel da paz foi concebido aos negócios de impactos, criado por Yunus, o qual buscou através de um trabalho utilizando-se de uma forma de microcrédito reduzir e solucionar as condições de vulnerabilidade expostas aos pobres na cidade de Bangladesh (BARKI, 2015).

Os Recursos provenientes das fontes de financiamento tradicionais, como o governo, organismos internacionais, investimento social privado e filantropia, mostram-se insuficientes para atender às demandas sociais da população de baixa renda e às carências do Brasil na área ambiental e social (FTFS 2015).

Neste sentido, as organizações sociais e tradicionais têm o propósito de ofertar seus produtos ou serviços, umas com o foco na maximização do lucro e outras sem fins lucrativos, a fim de tentar solucionar os problemas sociais e/ou ambientais do país. Dessa forma, um novo campo é identificado com o intuito de ajudar neste processo: finanças sociais e negócio de impacto, as quais são organizações que direcionam capital público ou privado para solucionar problemas de impacto social e/ou ambiental e que geram sustentabilidade financeira (FTFS, 2015).

Segundo Muhammad Yunus, estudioso da área da economia e ganhador do prêmio Nobel da paz de 2006, define o próprio termo que criou, negócios sociais, como:

[...] um empreendimento concebido para resolver um problema social, deve ser autossustentável, ou seja, gerar renda suficiente para cobrir suas próprias despesas. Depois de cobertos os custos e o investimento, toda a receita excedente é reinvestida no negócio social para expansão e melhorias. [...] o retorno do valor investido é devolvido sem juros ou correções. (YUNUS, 2010, p.10 *apud* PETRINI et al, 2016).

Portanto, na concepção de Yunnus os negócios de impactos são aqueles que saem da filantropia e entram no aspecto de proporcionar o retorno social e o financeiro reinvestido. No decorrer dos anos tornou-se mais abrangente que qualquer organização possa ser de impacto social, desde que isto esteja descrito em sua missão e que ela tenha também resultado social e financeiro, no entanto qualquer tipo de empresa pode ser empresa social indo além da concepção de Yunnus (MICHELLINI e FIORENTINO, 2012 *apud* PETRINI et al, 2016).

Para tal, de acordo com a Carta criada pela Força Tarefa de Finanças Sociais (FTFS, 2015) existem quatro princípios que norteiam os negócios de impacto: Compromisso com a missão social e ambiental, compromisso com impacto social e ambiental monitorado, compromisso com a lógica econômica e o compromisso com a governança efetiva.

O Princípio do compromisso com a missão social e ambiental tem a função de nortear as empresas para que elas em todos os seus documentos legais (externo ou interno) expliquem o motivo de sua missão social e ambiental. Além disso, como suas ações irão continuamente gerar impactos positivos. O segundo princípio (compromisso com impacto social e ambiental monitorado), exige que os negócios de impactos tenham sua Teoria de Mudança visível, controlada e periodicamente revisada.

Já o terceiro princípio (compromisso com a lógica econômica) está relacionado com as finanças. O negócio de impacto precisa alcançar o equilíbrio financeiro através de seus produtos ou serviços, podendo inicialmente utilizar de recursos subsidiados ou filantrópicos. Já o quarto princípio (compromisso com a governança efetiva) está ligado aos atores do ecossistema, com a missão de mantê-los atualizados e cientes sobre suas ações a fim de atingir os objetivos institucionais (CARTA DE PRINCÍPIOS PARA NEGÓCIOS DE IMPACTO NO BRASIL, 2015).

Com relação ao ecossistema das finanças sociais sabe-se que é composto por diversos atores como o governo, organismo nacionais de fomento, organismos multilaterais de crédito, pessoas jurídicas, instituições de finanças comunitárias, setor privado e pessoas físicas que alocam recursos por meio de filantropia,

empréstimos e fundos sociais, fundos patrimoniais, *crowdfunding* (financiamento coletivo), comercialização de bens e serviço e empréstimos que são executados por organizações de sociedade civil com geração de receita, organizações de sociedade civil com negócio social, cooperativas, negócio com missão social ou ambiental com restrição na distribuição de dividendos e negócio com missão social ou ambiental sem restrição na distribuição de dividendos. (CARTA DE PRINCÍPIOS PARA NEGÓCIOS DE IMPACTO NO BRASIL, 2015).

Já a teoria de mudança é responsável por direcionar a abordagem dos negócios de impacto, uma vez que faz uso de ferramentas para definir os objetivos de longo prazo e definir as metas de curto prazo para que aquelas sejam cumpridas. Segundo métricas em negócio de impacto social (2013):

A teoria de mudança é uma abordagem metodológica presente principalmente no campo da avaliação e do planejamento de investimentos da cooperação internacional e ganha espaço entre os negócios sociais. Essa teoria busca articular o contexto no qual a iniciativa se insere, os resultados de longo prazo ou impacto, o processo que irá gerar as mudanças, as premissas que devem ser cumpridas ao longo do ciclo do projeto ou negócio tendo, por fim, uma síntese figurativa que representa a tese.

Qualquer ação gera resultados positivos ou negativos. Para a avaliação dessas ações à luz da teoria de mudança utiliza-se do monitoramento a curto, médio e longo prazo dos indicadores de impactos. No entanto essa teoria precisa que a empresa tenha um determinado tempo de atuação para que a avaliação não seja confundida com uma solução momentânea.

É válido ressaltar que as métricas de impactos utilizadas inadequadamente ou não utilizadas são um imenso problema dentro deste setor, visto que ainda são recentes. De modo geral, a forma mais utilizada pelos atores intermediários, como fundos de investimento, é a construção da Teoria de Mudança do negócio investido, sendo importante sua tese de impacto e metas constarem expostas no contrato. No tocante, existem poucas entidades internacionais que disponibilizam procedimentos para a metrificação de resultados obtidos, como o IRIS (*Impact Report and Investment Standards*) e o GIIRS Rating – ligado ao Sistema B, pelo B Analytics, –

registro de métricas organizado pelo GIIN (INOVAÇÃO E IMPACTO SOCIOAMBIENTAL, 2018).

Sendo assim, em suma conclui-se que campo o das Finanças Sociais dispõe de quatro elementos que devem trabalhar de forma alinhada: os Negócios de Impacto que têm a missão de gerar impacto socioambiental, com resultado financeiro positivo e sustentável, as entidades que doam, investem ou emprestam recursos, os mecanismos e instrumentos financeiros que permitem que os recursos circulem de um lado ao outro e, por fim, as organizações intermediárias ou facilitadoras que funcionam como uma ponte entre a oferta e a demanda de capital, na medida em que buscam conectar cada grupo de atores atuando diretamente com os empreendedores sociais ou sistemicamente, promovendo um ambiente mais favorável para a criação e o fortalecimento de Negócios de Impacto. (FTFS 2015).

A Força Tarefa explica ainda que as organizações intermediárias geralmente se dividem em quatro grupos principais, que são responsáveis pelo: (1) monitoramento, avaliação e certificação, (2) recursos e serviços financeiros, (3) conhecimento e informação e (4) gestão e acesso a investidores. Independentemente da categoria em que estão, devem atuar para que modelos de negócio gerem impacto social e desempenho financeiro; contribuam para construir o ecossistema, facilitando a conexão entre a oferta de capital e a demanda; e apresentem capacidade de articular, facilitar e agregar finanças, habilidades, colaboração, tecnologia e network.

Logo, após a elucidação minuciosa de todos esses conceitos, como o presente trabalho se propõe a analisar os níveis de alfabetização financeira entre os policiais militares da Paraíba, por meio da capacitação de dados provenientes das respostas do público alvo dispostas no Termômetro de Alfabetização Financeira elaborado pelo Núcleo de Educação Financeira de Impacto do Instituto Federal da Paraíba (NUPEFI), corresponde a um ator intermediário no ecossistema das Finanças Sociais. No próximo tópico serão apresentados todos os procedimentos metodológicos utilizados na realização do trabalho em questão.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A atual pesquisa é de caráter exploratório e descritivo. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, utilizou-se a pesquisa do tipo bibliográfica e documental. No tocante ao tipo de pesquisa adotada descritivo/exploratório, de acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 62) “Os estudos descritivos, assim como os exploratórios, favorecem as tarefas da formulação clara do problema e da hipótese como tentativa de solução”. Eles incluem neste tipo de estudos aqueles que visam “identificar estruturas, formas, funções e conteúdo”.

Este trabalho se enquadra nesse tipo de pesquisa por estar propondo um assunto pouco explorado e através de investigações a solução do objetivo. A metodologia, por sua vez, caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, documental e de campo. De acordo com Marconi e Lakatos (2009), a pesquisa bibliográfica inclui a lista de obras que foram tornadas públicas em relação ao tema de estudo, baseado em publicações como monografias, artigos, livros, revistas e até meios de comunicações orais.

Neste trabalho a pesquisa bibliográfica é realizada com o intuito de respaldar as análises dos negócios sociais com base no objetivo para contribuições científicas publicadas na área de Negócios Sociais Quanto à pesquisa documental buscou-se exaurir todos os meios necessários para enaltecer o resultado da pesquisa. De acordo com Cellard (2008), “Uma pessoa que deseja empreender uma pesquisa documental deve com o objetivo de constituir um corpus satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes”.

Segundo Gil (2008), a pesquisa de campo estuda um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes. Nesse sentido, o estudo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação.

Quanto à abordagem metodológica dessa pesquisa se faz por métodos quantitativos e qualitativos. De acordo com Malhotra (2001, p. 155) “a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplicar alguma forma de análise estatística”. Às vezes, esse tipo de pesquisa deve prosseguir a pesquisa qualitativa,

pois esta auxilia a contextualizar e abranger o fenômeno. Este trabalho teve uma abordagem metodológica quantitativa devido ao levantamento de todas as informações necessárias para verificar o grau de alfabetização financeira dos policiais militares da Paraíba. Segundo Vieira e Zouain (2005), asseguram que a pesquisa qualitativa confere importância fundamental às declarações dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles.

Assim, esse tipo de pesquisa acata pela definição minuciosa dos fenômenos e das informações que o envolvem. Portanto, esta pesquisa além de fazer o levantamento se aprofundou na análise dos dados obtidos através do instrumento de pesquisa, elaborado pelo Núcleo de Educação Financeira de Impacto do Instituto Federal da Paraíba (NUPEFI), com intuito de diagnosticar os níveis de conhecimento, comportamento e atitude financeiros de policiais militares em João Pessoa, como parte de ações de capacitação dessa categoria de servidores públicos, bem como comparar níveis de alfabetização financeira entre categorias de perfil sociodemográfico do público pesquisado, para que haja ações programadas de acompanhamento.

3.2 UNIVERSO, AMOSTRAGEM E AMOSTRA

O universo selecionado para esta pesquisa é composto por policiais militares do Estado da Paraíba, segundo dados da Diretoria de Gestão Pessoal (DGP), corresponde a 8913 (oito mil novecentos e treze) militares ativos. A amostragem deste estudo é do tipo não probabilístico por julgamento, a qual de acordo com Mattar (1996, p.132) “é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo.” Tal método foi escolhido por meio do critério de acessibilidade, onde foram captados dados decorrentes de 62 (sessenta e dois) respondentes.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Foram utilizados dois instrumentos para a coleta de dados: a observação participante, devido ao pesquisador trabalhar na organização-alvo, observando as ações dos participantes com relação ao assunto abordado e procurando compreender o sentido que os atores atribuem ao fato. Bem como, foi elaborado um questionário, com o objetivo de conhecer as opiniões, interesses e expectativas das situações vivenciadas (BEUREN, 2013)

Além disso, utilizou-se do Termômetro de Alfabetização Financeira elaborado pelo Núcleo de Pesquisas em Educação Financeira de Impacto do Instituto Federal da Paraíba (NUPEFI), que foi confeccionado na plataforma do GoogleForms e enviado via internet, por meio dos grupos corporativos, em redes sociais, que cada unidade institucional possui. E sua aplicação ocorreu no mês de outubro de 2020.

3.4 PERSPECTIVA DE ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados foi feita em duas etapas. Primeiramente, utilizaram-se técnicas de estatística descritiva a fim de apresentar, resumidamente, características da amostra por meio de tabelas. Posteriormente, realizou-se o cruzamento de algumas variáveis, buscando estabelecer qual a relação entre elas para assim responder todos os objetivos propostos. Para a tabulação e análise dos dados foi utilizada a planilha eletrônica do software da Microsoft Office Excel 2013 aplicando a função de tabela dinâmica para os cruzamentos das variáveis, assim como um software para tratamento de dados.

Para identificar os níveis de alfabetização financeira entre os policiais militares do Estado da Paraíba foi proposto um cruzamento de variáveis, como gastos totais e equilíbrio financeiro, correlacionados com as respectivas patentes dos respondentes para verificar se o rendimento mensal obtido através de ganhos salariais de um policial está diretamente ligado à existência ou não de uma capacitação voltada para Educação Financeira.

4 ANÁLISE DE DADOS

A análise e interpretação dos dados são duas atividades distintas, mas estreitamente relacionadas, como afirma Marconi e Lakatos (2018), que análise é a explicação, ou seja, “é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”. Ainda segundo as autoras interpretação “é a atividade intelectual que procura dar significado mais amplo as respostas, vinculando-as a outros conhecimentos” (MARCONI; LAKATOS, 2018).

As questões da 1º seção tiveram como finalidade identificar o perfil sociodemográfico dos policiais militares do estado da Paraíba, buscando levantar: o gênero, a faixa etária, o estado civil, o nível de escolaridade, assim como a renda familiar, conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Perfil Sócio demográfico

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
GÊNERO	F	%
Feminino	10	16,13
Masculino	52	83,87
FAIXA ETÁRIA	-----	-----
De 18 a 25 anos	10	16,13
De 26 a 35 anos	33	53,23
De 36 a 45 anos	12	19,35
De 46 a 50 anos	07	11,30
ESTADO CIVIL	-----	-----
Solteiro	25	40,32
Casado	34	54,83
União Estável	02	3,22
Divorciado	01	1,61
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	-----	-----
Ensino Médio Completo	06	9,67
Ensino Superior Completo	24	38,70
Ensino Superior Incompleto	25	40,32
Pós Graduação (especialização, mestrado,	07	11,30

doutorado)		
RENDA FAMILIAR	-----	-----
Até R\$ 3.816,00 (1-4 SM)	05	8,07
De R\$ 3.817,00 até R\$ 5.724,00 (4-6 SM)	32	51,61
De R\$ 5.725,00 até R\$ 7.632,00 (6-8 SM)	11	17,74
De R\$ 7.632,00 a R\$ 10.494,00 (8-11 SM)	05	8,07
Acima de R\$ 10.494,00 (> 11 SM)	09	14,51
TOTAL	62	100

Fonte: Dados da pesquisa (2020) – Elaboração própria

Quanto ao gênero percebe-se que boa parte dos respondentes é do sexo masculino, 83,87% (52 militares ativos). Tal fenômeno ocorre em sua maioria por causa da pouca disponibilidade de vagas para mulheres nas forças militares, sendo muitas vezes correspondente a apenas 10% das vagas disponibilizadas (LIMA, 2013).

Em relação à idade, há uma concentração maior na faixa etária, “de 26 a 35 anos” com 53,23% (33 militares), trata-se, portanto de um público mais amadurecido, o que pode indicar mais prudência nas decisões financeiras. Quanto ao estado civil, os maiores índices são de pessoas casadas e com união estável, que juntos totalizam 58,05% (36 militares) do total dos entrevistados.

No que diz respeito à escolaridade, a maioria tem nível avançado, ainda que haja uma maior proporção de servidores que possuem ensino superior incompleto (40,32% - 25 militares), os que possuem ensino superior completo representam 38,70% (24 militares) e pós-graduação 11,30% (07 militares), respectivamente enquanto que o ensino médio completo apenas corresponde a 9,67% (06 militares) conforme tabela 1.

Já quando se observa a média de gastos totais mediante ao estado civil dos respondentes pode-se concluir que os que são casados gastam bem mais em relação aos demais como demonstra na tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Estado Civil x Despesas Totais

Estado Civil	Média de Gastos Totais
Casado (a)/União Estável	15464
Separado (a)/Divorciado (a)	10050
Solteiro (a)	9648
Total geral	11078,22581

Fonte: Dados da pesquisa (2020) – Elaboração própria

A seção seguinte do questionário diz respeito ao comportamento e atitudes financeira dos entrevistados, onde foi proposto o cruzamento das variáveis, de acordo com suas patentes: (Capitão (ã), 1º Tenente e 2º Tenente, Subtenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo, Soldado e Soldado Recruta.), e o valor médio dos Gastos totais e Equilíbrio Financeiro, para verificar qual categoria tem a melhor gestão de suas respectivas reservas financeiras. Como demonstra a tabela 3.

Tabela 3 – Comportamento e Atitude Financeira dos respondentes

VARIÁVEIS				
Patentes	Gastos Totais	Equilíbrio Financeiro	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)
Capitão (ã)	15.887,50	4.860,00	04	6,45
1º Tenente	14.750,00	2.715,00	01	1,61
2º Tenente	13.120,00	2.550,40	05	8,06
Subtenente	8.450,00	4.458,00	01	1,61
1º Sargento	9.733,00	5.076,00	03	4,84
2º Sargento	9.000,00	3.677,33	03	4,84
3º Sargento	21.200,00	18.705,00	01	1,61
Cabo	11.291,66	6.468,00	06	9,68
Soldado	10.015,20	5.751,42	37	59,68
Soldado Recruta	7.200,00	5.703,00	01	1,61
TOTAL			62	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020) – Elaboração própria

Ao analisar os dados pode-se concluir que a grande maioria dos respondentes corresponde a patente de soldado, que por sua vez representa 59,68% o que

equivale a 37 militares. Já no tocante aos Gastos Totais e Equilíbrio Financeiro é observado que a relação entre o que se ganha e o que se gasta é inversamente proporcional, ou seja, quanto menor o valor do rendimento mensal, maior é o seu gasto total.

É importante mencionar que alguns aspectos dos gastos totais não são discriminados detalhadamente nas respostas fornecidas e, em sua maioria dependem de outros fatores externos, tais como, quantidade de dependentes financeiros, como também possíveis acréscimos ou descontos diversos na renda mensal do público alvo. Essas particularidades englobam o perfil comportamental e de atitude financeiro do respondente.

E por fim busca-se verificar o último aspecto da Alfabetização Financeira: o conhecimento. Para tanto foram realizados questionamentos em torno do domínio com relação ao tema da educação financeira pontuando acesso ou não a cursos e palestras profissionalizantes, e ainda se há ocorrência ou não de um planejamento e controle de suas despesas pessoais.

Tabela 4 – Tipo de Informação X Educação Financeira

VARIÁVEL TIPO DE INFORMAÇÃO	EDUCAÇÃO FINANCEIRA			
	SIM		NÃO	
	F	%	F	%
De alguém da família	10	16,13	00	%
Assistiu programa de TV	06	9,68	00	%
Escola/ Universidade	07	11,29	00	%
Experiências pessoais e profissionais	11	17,74	00	%
Outros – Amigos, colegas de trabalho	04	6,45	00	%
Outros - Livros/ Revistas	06	9,67	00	%
Outros – Redes Sociais	16	25,81	00	%
Outros – Jornais e Rádios	02	3,23	00	%
TOTAL	62	100	00	%

Fonte: Dados da pesquisa (2020) – Elaboração própria

Nesse sentido observa-se que o acesso à educação financeira entre os respondentes decorre em sua maioria das mídias de redes sociais compreendendo um total de 25,81%, seguido de 17,74%, percentual proveniente de experiências

peçoais e profissionais de cada indivíduo. Onde 11,29% dos respondentes obtiveram tais informações em ambiente escolar/universidade, 16,13% através de algum familiar e 9,68% assistiram em algum programa de TV. (TABELA 4)

Tabela 5 – Conhecimento Financeiro

Questões	CONHECIMENTO BÁSICO FINANCEIRO		
	Pontuação de acordo com as respostas obtidas sobre Finanças	Frequência	Percentual (%)
● Taxa de Juros	04	01	1,61%
	05	04	6,45%
● Rendimento	06	03	4,84%
	07	01	1,61%
● Valor de Compra	08	09	14,52%
	09	03	4,84%
● Investimentos	10	17	27,42%
	11	06	9,68%
● Riscos Retorno	12	13	20,97%
	13	05	8,06%
● Inflação	TOTAL	62	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020) – Elaboração própria

Para uma melhor mensuração da dimensão ligada ao conhecimento financeiro foi organizada uma seção no instrumento de pesquisa dedicada a apresentar um conjunto de perguntas que em geral discorriam sobre conceitos básicos de matemática financeira, tais como juros, condições para investimento, e etc. As pontuações variaram entre 13 acertos (05 militares) a 04 acertos (01 militar). Dentre os 62 respondentes o maior percentual de acertos foi o equivalente a 27,42%.

Ainda com relação ao conhecimento financeiro por parte dos respondentes ao cruzar a cidade onde trabalham com a respectiva média de conhecimento pode-se perceber que as cidades que compreendem as áreas do brejo e sertão possuem um

déficit relevante em comparação com as cidades metropolitanas como ilustra a tabela abaixo.

Tabela 6 – Cidades x Média de conhecimento

Cidade/UF onde trabalha	Média de Conhecimento
Santa Rita - PB	11
João Pessoa - PB	9,7
Monteiro - PB	7
Cajazeiras - PB	12
Santa Rita – PB	10
Sapé – PB	11
Mamanguape – PB	10
Araruna – PB	8
Esperança –PB	5
Campina Grande - PB	5
Total geral	9,758064516

Fonte: Dados da pesquisa (2020) – Elaboração própria

Tabela 7 – Cidades x Média de moradores x Média de conhecimento

Cidade/UF onde trabalha	Média de moradores por casa	Média de Conhecimento
Santa Rita - PB	3	11
João Pessoa – PB	3	9,7
Cajazeiras - PB	4	12
Santa Rita - PB	3	10
Sapé – PB	2	11
Mamanguape – PB	3	10
Araruna – PB	3	8
Monteiro – PB	6	7
Esperança – PB	4	5
Campina Grande - PB	4	5
Total geral		9,758064516

Fonte: Dados da pesquisa (2020) – Elaboração própria

Analisando a tabela acima é possível evidenciar que nas cidades de Monteiro, Esperança e Campina Grande a média de moradores por casa é maior do que outras cidades, já a média de conhecimento apresentam-se como sendo as mais baixas, logo se conclui que possuem gastos maiores com a família e menos conhecimento financeiro.

Já sobre controle de gastos e planejamento financeiro é possível evidenciar que quando questionados sobre suas respectivas condutas quanto à gestão de despesas o percentual mais expressivo de 30,64% indica o público em questão nunca chegou a utilizar alguma ferramenta de controle de gastos. Em contrapartida, quando questionados sobre hábitos de poupar e investir, 43 militares afirmaram que o fazem. (TABELA 8)

Tabela 8 – Planejamento Financeiro e controle de gastos

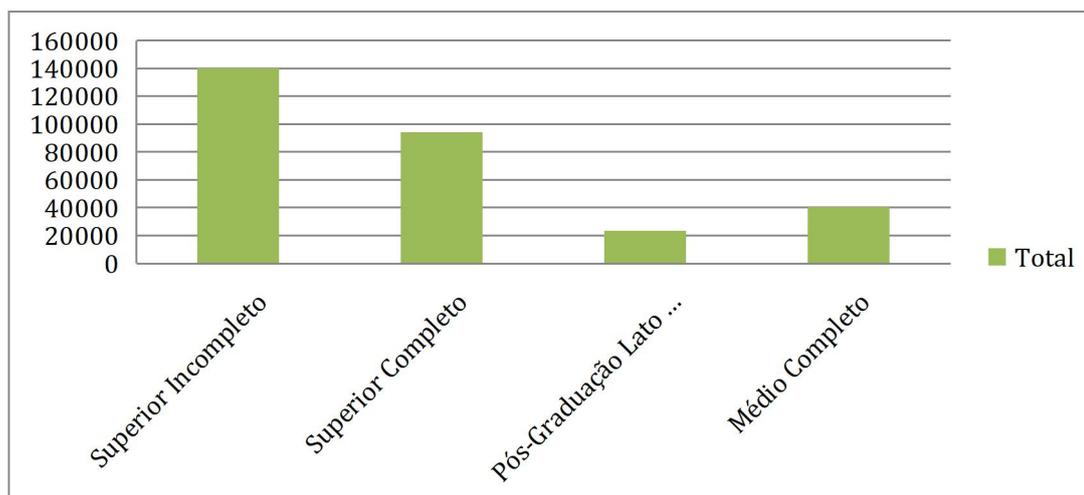
		F	%		
COM QUE FREQUÊNCIA USA FERRAMENTAS DE CONTROLE DE GASTOS	NUNCA	19	30,64		
	RARAMENTE	06	9,67		
	FREQUENTEMENTE	14	22,58		
	ALGUMAS VEZES	10	16,13		
	SEMPRE (caderno de anotações)	13	20,96		
TEM O HÁBITO DE POUPAR / INVESTIR COMO SE	SIM	NÃO	-	SIM	NÃO
	43	19	-	69,35	30,64
POSICIONAMENTO COM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO FINANCEIRA	✓ Sei do que se trata e aplico;	29	46,77		
	✓ Sei do que se trata, porém não aplico;	25	40,32		
	✓ Já li algo, porém desconheço.	08	12,90		
POSICIONAMENTO COM RELAÇÃO A APOSENTADORIA	✓ Planos de começar a poupar;	41	66,12		
	✓ Pretendo ter apenas aposentadoria do governo;	09	14,51		
	✓ Não me preocupo com isso ainda.	12	19,35		

Fonte: Dados da pesquisa (2020) – Elaboração própria

Com relação a como se posicionam em relação à educação financeiras, os resultados se mostram equilibrados, nos quais 29 militares afirmam que sabem do que se trata a educação financeira e aplicam em seu cotidiano, enquanto que 25 deles afirmam ter o conhecimento, apesar da não aplicação efetiva no dia a dia. Apenas 08 não possuem quaisquer conhecimentos sobre o tema. Por fim, já no que se referente à aposentadoria, a grande maioria dos respondentes já demonstram ter planos para começar a poupar reservas financeiras.

É possível evidenciar também que ao comparar as médias de equilíbrio financeiro com o nível de escolaridade de cada respondente conclui-se que os que possuem apenas ensino superior incompleto demonstram dispor de um maior controle de suas finanças.

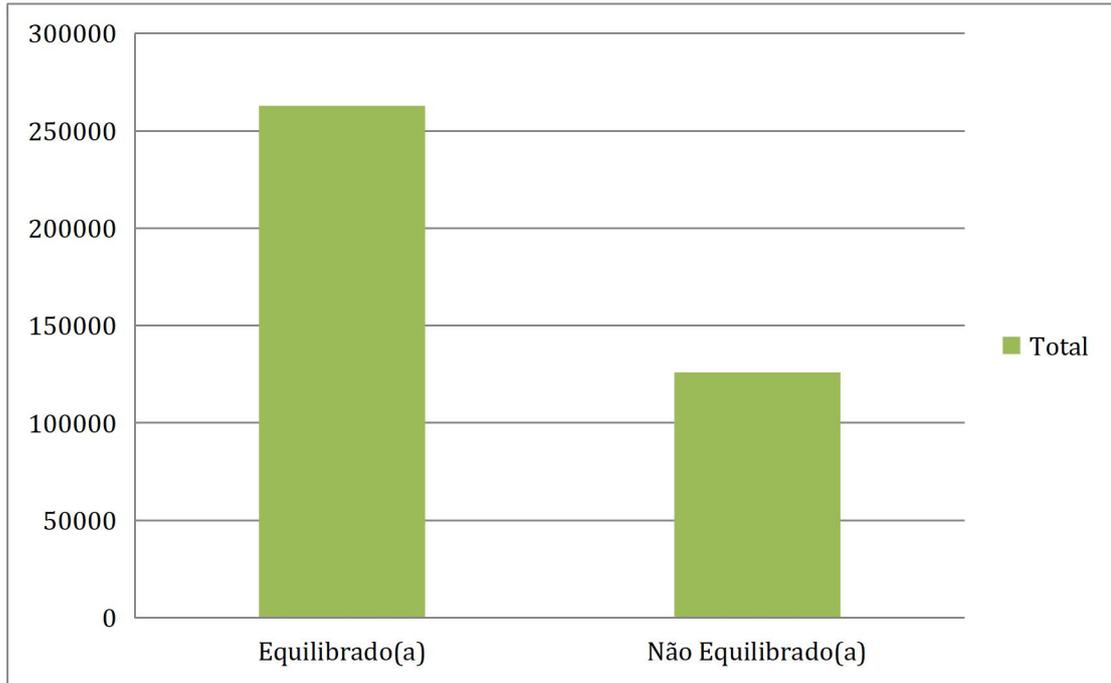
Gráfico 1 – Média de Equilíbrio Financeiro x Grau de Escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa (2020) – Elaboração própria

Nesse sentido, ainda na análise do equilíbrio financeiro pontua-se dentre os 62 indivíduos participantes da pesquisa, os que detêm uma renda familiar maior possuem também um nível de equilíbrio favorável no que tange ao controle de seus gastos, corroborando mais uma vez com a hipótese de que quem ganha menos, se gasta mais e portanto, encontra-se com um desequilíbrio preponderante.

Gráfico 2 – Renda Familiar x Equilíbrio Financeiro



Fonte: Dados da pesquisa (2020) – Elaboração própria

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo teve como objetivo identificar níveis de alfabetização financeira de policiais militares e apresentar uma proposta de avaliação contínua desses níveis, na intermediação das Finanças Sociais e tendo a Educação Financeira como negócio de impacto.

Para corroborar com esta análise, foram propostos os objetivos específicos diagnosticar os níveis de conhecimento, comportamento e atitude financeiros de policiais militares em João Pessoa, como parte de ações de capacitação dessa categoria de servidores públicos, comparar níveis de alfabetização financeira entre categorias de perfil sócio demográfico do público pesquisado. E elaborar ações programadas de acompanhamento dos níveis de alfabetização financeira de policiais militares em João Pessoa, em parceria com o Núcleo de Educação Financeira de Impacto como intermediário no ecossistema das Finanças Sociais.

Por meio da análise dos dados foi possível evidenciar que militares já tiveram algum tipo de informação sobre educação financeira e que elas eram obtidas principalmente através de pesquisa na internet, programa de TV ou com pessoas da família. Além disso, verifica-se ainda que a maioria dos participantes busca com frequência por informações sobre o assunto e que a instituição não propicia tal conhecimento a seus servidores.

No que diz respeito ao comportamento e a atitude financeiro pode-se concluir que o rendimento mensal obtido através de ganhos salariais de um policial está diretamente ligado à existência ou não de uma capacitação voltada para Educação Financeira, especialmente ao atentar-se para os vários fatores externos que podem afetar a boa gestão financeira, como a quantidade de dependentes financeiros que cada pessoa pode dispor, bem como os possíveis acréscimos ou descontos diversos na renda mensal pelos mais variados motivos.

Por essa razão quando são analisadas as variáveis “Gastos Totais e Equilíbrio Financeiro” constata-se que a relação entre o que se ganha e o que se gasta é inversamente proporcional, ou seja, quanto menor o valor do rendimento mensal,

maior é o seu gasto total. Além disso, os respondentes em sua maioria demonstraram idealizar um equilíbrio financeiro ainda que na realidade não seja algo tão efetivo quando se confronta os dados. Cenário que pode ser evitado desde que haja a promoção da educação financeira, uma vez que ela capacita os indivíduos em prol de um melhor gerenciamento dos seus recursos financeiros, logo reitera seu papel essencial como um negócio de impacto social pautado na garantia da qualidade de vida dos cidadãos.

Como fora abordado no trabalho, as organizações intermediárias ou facilitadoras que agem como uma ponte entre a oferta e a demanda de capital, na medida em que buscam conectar cada grupo de atores atuando diretamente com os empreendedores sociais ou sistemicamente promovendo um ambiente mais favorável para a criação e o fortalecimento de Negócios de Impacto. (FTFS 2015).

Ciente disso, esse trabalho por meio da capacitação de dados provenientes das respostas do público alvo dispostas no Termômetro de Alfabetização Financeira elaborado pelo Núcleo de Educação Financeira de Impacto do Instituto Federal da Paraíba (NUPEFI), corresponde a um ator intermediário no ecossistema das Finanças Sociais. É fundamental que se tenha uma continuidade na produção de pesquisas referentes por se tratar de uma temática tão primordial a vida cotidiana. Para pesquisas futuras, sugere-se reavaliar nos anos subsequentes os níveis de alfabetização financeira de policiais militares em João Pessoa, para pontuar a ocorrência ou não de avanço e de desenvolvimento da capacitação dessa categoria profissional.

REFERÊNCIAS

AJZEN, I. The theory of planned behavior. **Organization Behavior Human Decision Process**, v. 50, p. 179–211, 1991.

ASSOCIAÇÃO DE CABOS E SOLDADOS DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. (2019). Campanha salarial 2019 – ACS cobra reajuste a autoridades. Disponível em: < <https://www.cabosesoldados.org.br/campanha-salarial-ac-s-cobra-reajuste-a-autoridades/>> Acesso em: 12 de out. de 2020

ASSOCIAÇÃO WYLINKA (2018). Inovação e Impacto Socioambiental: o desenvolvimento do Ecossistema de Impacto no Brasil e as novas perspectivas pelo viés da ciência e tecnologia. Disponível em: <<http://conteudo.wylinka.org.br/ebook-impacto-socioambiental>> Acesso em: 16 de mar de 2020.

ATKINSON, A.; MESSY, F. **Measuring financial literacy: results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) pilot study**, 2012. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en> >. Acesso em: 13 de nov. 2020

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de economia bancária** BCB, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb_2018.pdf> Acesso em: 12 de out. 2020

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF** BCB, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf> Acesso em: 12 de out. 2020

Barki, E. (2015). **Negócios de Impacto: Tendência ou Modismo?** GV-Executivo, 14(1). Disponível em: <<http://rae.fgv.br/gv-executivo>> Acesso em: 20 de mar. 2020

BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. **Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 12 out. 2020.

Carta de Princípios para negócios de impacto no Brasil, **FTDEF SOCIAIS - Força tarefa de finanças sociais, 2015**. Disponível em:

<http://ice.org.br/wp-content/uploads/pdfs/Carta_Principios.pdf> Acesso em 12 de março de 2020.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERVO, A.L; BERVIAN, P.A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, p. 62.

DELAVANDE, A.; ROHWEDDER, S.; WILLIS, R. J. Retirement Planning and the Role of Financial Literacy and Cognition. Michigan Retirement Research Center **Working Paper** 2008-190. 2008.

FRANKENBERG, Louis. **Seu Futuro Financeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 1999.

Finanças Sociais: soluções para desafios sociais e ambientais: uma nova mentalidade para gerenciar recursos e necessidades da sociedade **FTDEF SOCIAIS - Força tarefa de finanças sociais, 2015**. Disponível em:

<http://forcatarefaфинансасоциалс.орг.br/wp-content/uploads/2015/10/Finan%C3%A7as-Sociais_Solu%C3%A7%C3%B5es.pdf> Acesso em 14 de mar de 2020.

GIL, A. C. Método e técnicas de pesquisa social. 6ª. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

GARMAN, E. T., LEECH, I. E. & GRABLE, J. E. (1996). The negative impact of employee poor personal financial behaviors on employers . **Financial Counseling and Planning**

HALLES, Claudia Regina; SOKOLOWSKI, Rivelto; HILGEMBERG, Emerson Martins. **O planejamento financeiro como instrumento da qualidade de vida**. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO PARANÁ: ESCOLA DO GOVERNO E UNIVERSIDADES ESTADUAIS, 1., 2008. Curitiba. Anais [...]. Curitiba: [s.n.], 2008. Disponível em: <http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_gestao_orcamentaria_financeira_e_recursos_humanos/o_planejamento.pdf> Acesso em: 12 de out. 2020

LIMA, João Batista de. **A Briososa: a história da Polícia Militar da Paraíba**. João Pessoa/PB: A União, 2013.

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 311.

MATTAR, F. Pesquisa de marketing. Ed. Atlas. 1996, p. 132.

MORAES, L.F.R. de; FERREIRA, S. A. A. Trabalho e Organização: influências na qualidade de vida e estresse na Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. In: V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes. Ouro Preto – MG. 2001. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/OGT/ogt0203.htm> >. Acesso em: 12 de out. 2020

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD, 2013). Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender. **OECD Publishing**. 2013. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf >. Acesso em: 13 nov. 2020

PETRINI. M; S.P; B.A. Modelo de negócios com impacto social, RAE - Revista de Administração de Empresas, 2016.

PARAÍBA (Estado). Decreto nº 32.554, de 01 de novembro de 2011. **Dispõe sobre averbação de consignações em folha de pagamento, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado, ato do governador, João Pessoa, PB, 01 nov. 2011.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p.1121-1141, 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6620>. Acesso em 13 nov. 2020.

SERASA EXPERIAN. Inadimplência do consumidor bate recorde e atinge 61,8 milhões Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/sala-de->

imprensa/inadimplencia-do-consumidor-bate-recorde-e-atinge-618-milhoes-revela-serasa> Acesso em: 12 de out. 2020

VIEIRA, M. M. F. ; ZOUAIN, D. M. Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.